

## EVASÃO ESCOLAR E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Maria Raquel Caetano<sup>1</sup>

Renata Porcher Scherer<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente texto propõe-se a realizar uma análise crítica com relação à evasão escolar no Ensino Médio, no contexto da Pandemia de Covid-19, no cenário brasileiro. Para tanto, é realizada uma breve contextualização teórica acerca da evasão, articulada com dados estatísticos dos últimos anos, atentando - de forma especial - para os motivos que são apresentados pelos jovens, motivos esses que podem contribuir para a evasão do Ensino Médio. Apresentam-se narrativas de jovens trabalhadores que ingressaram recentemente no Ensino Médio e são mapeados alguns dos desafios para garantir o êxito e a permanência desses jovens em nossas instituições. Conclui-se afirmando que o ensino médio é um direito da juventude brasileira e pressuposto de cidadania. Assim, a garantia de acesso, permanência e êxito constitui-se como chave de autoconstrução e de reconhecimento da capacidade de fazer opções.

**Palavras-chave:** Abandono escolar. Ensino Médio. Direito à Educação.

## SCHOOL DROPOUT AND THE RIGHT TO HIGH SCHOOL EDUCATION

**Abstract:** The present text proposes to carry out a critical analysis regarding school dropout in secondary education in the context of the Covid-19 Pandemic in the Brazilian scenario. For that, a brief theoretical contextualization about dropout is carried out and it is articulated with statistical data from recent years, paying special attention to the reasons that are presented by young people who can contribute to dropout from high school. Narratives of young workers who have recently entered high school are presented and some of the challenges of ensuring the success and permanence of these young people in our institutions are mapped out. It concludes by stating that secondary education is a right of Brazilian youth and a prerequisite for citizenship. Thus, the guarantee of access, permanence and success constitutes a key to self-construction and recognition of the ability to make choices.

**Keywords:** School dropout. High School. Right to Education.

## ABANDONO ESCOLAR Y DERECHO A LA EDUCACIÓN SECUNDARIA

**Resumen:** El presente texto propone realizar un análisis crítico sobre la deserción escolar en la educación secundaria en el contexto de la Pandemia Covid-19 en el escenario brasileño. Para ello, se realiza una breve contextualización teórica sobre la deserción y se articula con datos estadísticos de los últimos años, prestando especial atención a las razones que presentan los jóvenes que pueden contribuir a la deserción del bachillerato. Se presentan

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela UFRGS. Docente IFSul-Campus Sapucaia do Sul e Mestrado ProfEPT. E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UNISINOS. Professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSul), Campus Sapucaia do Sul E-mail: renatascherer@ifsul.edu.br.

narrativas de jóvenes trabajadores que han ingresado recientemente al bachillerato y se mapean algunos de los desafíos para asegurar el éxito y la permanencia de estos jóvenes en nuestras instituciones. Concluye afirmando que la educación secundaria es un derecho de la juventud brasileña y un requisito previo para la ciudadanía. Así, la garantía de acceso, permanencia y éxito constituye una clave para la autoconstrucción y el reconocimiento de la capacidad de elección.

**Palavras-Clave:** Abandonar la escuela. Escuela secundaria. Derecho a la educación.

## INTRODUÇÃO

A educação é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e é um bem público de caráter próprio, por implicar a cidadania e seu exercício consciente e por qualificar para o mundo do trabalho, além de ser gratuita e obrigatória e, por ser também, dever do Estado. O direito à educação é um direito reconhecido e é necessário que esse direito seja garantido. Para isso, a primeira garantia é que ele esteja cercado de todas as condições para se efetivar, do acesso à qualidade (CURY, 2002).

No início dos anos 2000, a pesquisadora Carlota Boto (2005), em uma análise basilar sobre o direito à educação, mapeou três gerações, relativas ao direito à educação vivenciado pela população brasileira, para compreendermos o constructo histórico acerca desse direito. A primeira geração consiste na compreensão da educação como direito e na ampliação de sua oferta através da democratização da escolarização. A segunda geração refere-se à dimensão da qualidade do ensino ofertado, tendo como base os ideais democráticos internos à vida escolar. A terceira geração refere-se ao atendimento que contemple grupos sociais reconhecidamente com maior dificuldade de participar desse direito, por meio da justiça distributiva. Nessa geração, incluem-se - por exemplo- as discussões sobre as reservas de cotas para minorias étnicas. Dentro desse debate, também inserem-se as discussões sobre a diversidade no âmbito das políticas curriculares. Como explica Boto (2005, p. 792):

Essa terceira geração de direitos traz à tona o debate sobre ações afirmativas, sobre ações distributivas da ação estatal e sobre a focalização das políticas públicas para o privilégio de setores que historicamente estavam objetivamente excluídos, em maior ou em menor proporção, do usufruto de direitos que, por lei, já seriam seus.

Em diagnóstico recente das políticas curriculares para o Ensino Médio, Silva e Oliveira (2021, p. 1106), ao atentarem para a questão da qualidade da educação e dos direitos de aprendizagem, indicam que, se de um lado, as políticas atuais buscam estabelecer um padrão de qualidade, definindo o que todos devem aprender na escola, como garantia de direitos e democratização do ensino, por outro, observa-se “um discurso cada vez mais individualizante e meritocrático, em que o sucesso ou fracasso são considerados responsabilidade de cada sujeito, seja ele estudante ou docente”.

Nas últimas décadas, com a necessária universalização do acesso à educação, a escola passou a acolher a todos, mas isso implica atender aos filhos da classe trabalhadora, que não responde diretamente aos interesses hegemônicos. Ante essa universalização, a escola passou a ser oferecida “para todos”, mas não com os mesmos recursos, nem com as mesmas estratégias. Esse aspecto implica uma crise de identidade da escola que se configura na crise da definição do seu papel. Almeja-se uma escola para todos, que socialize e democratize o saber como via de enfrentamento e de não conformação com as desigualdades inerentes à lógica produtivista do capital, que é um dos elementos que trazem implicações ao tema que abordaremos nesse artigo.

Este artigo apresenta dados de uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo principal compreender e problematizar a temática evasão em um período marcado pela Pandemia do Covid-19 e pela crise do emprego. A hipótese que levantamos é que a dupla jornada dos estudantes, entre estudo e trabalho, tem sido um fator decisivo para levar os jovens ao abandono da escola, principalmente no Ensino Médio. No desenvolvimento metodológico, utilizamos o levantamento e revisão de referenciais teóricos e bibliográficos baseados nos estudos de Cury (2002), Dore e Lüscher (2011), Fritsch e Vitelli (2016) e análise de dados sobre o tema, por meio da pesquisa publicizada pelo Datafolha (2020), por Néri (FGV, 2021) e pelo IBGE (2019). Para abordarmos o tema, utilizamos a categoria totalidade, relacionando o contexto do período da Pandemia com os dados das pesquisas, as narrativas dos estudantes e o tema da evasão. Para o levantamento de dados, utilizamos excertos de narrativas

realizadas com dez estudantes do primeiro ano do Ensino Médio em uma escola da região metropolitana de Porto Alegre<sup>3</sup>.

Apresentamos, na primeira seção, intitulada “A evasão escola no Ensino Médio”, os principais conceitos e dados relacionados ao tema. Na segunda seção, chamada “Entre o estudo e o trabalho”, apresentamos as narrativas dos estudantes e uma breve análise à luz dos teóricos; nas “Considerações finais”, evidenciamos a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades.

## **A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO**

O problema da evasão e do fracasso escolar sempre permearam a educação no Brasil mas, no ano de 2020, agravado pela pandemia de Covid-19, esse desafio mostrou a desigualdade social e trouxe à tona outra questão: a enorme defasagem em todos os níveis de educação. O problema não é novo, mas se agravou durante o ano de 2020, principalmente por conta da evasão escolar.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, entre 30 de novembro e 9 de dezembro de 2020, com amostra de 1.670 entrevistas, aponta que cerca de 4 milhões de estudantes brasileiros, com idade entre 6 e 34 anos, abandonaram os estudos em 2020, o que representa uma taxa de 8,4% de evasão escolar. Ainda, segundo o levantamento, os estudantes de classes sociais mais baixas também lideraram os índices de abandono. A taxa foi 54% maior entre os alunos das classes D e E, “em um país em que a desigualdade social avançou nos últimos anos com a queda de renda dos trabalhadores e o aumento do desemprego” (NÉRI, 2021, p.10).

Para Dore e Lüscher (2011), a evasão pode se dar na forma de retenção, repetência do aluno na escola, saída sem concluir o curso (desligamento, transferência ou desistência do curso), não conclusão de um determinado nível de ensino, abandono da escola. Nesse interim, os dados demonstram que a pandemia do Covid-19 trouxe um agravamento da situação, levando em consideração os dados apresentados.

---

<sup>3</sup> No limite deste artigo, apresentaremos parte da pesquisa ainda em desenvolvimento.

Embora o Ensino Médio tenha recebido maior atenção das políticas educacionais, ao ser expandida a obrigatoriedade e a gratuidade da educação dos quatro até os 17 anos a partir da Emenda Constitucional 59/2009, isso está longe de constituir-se num ideal a ser alcançado. Alguns avanços foram concretizados através das disposições gerais que alteraram a LDB, especialmente no art. 22, que aponta a finalidade da Educação Básica em “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 2010, p. 20). De acordo com Nora Krawczyk (2011), a expansão do Ensino Médio no contexto brasileiro tem sido promovida por diferentes demandas, dentre as quais pode-se destacar o contexto econômico mais amplo e o reordenamento internacional, a necessidade de cada sujeito relacionada à empregabilidade e a demanda resultante das políticas e priorização do ensino fundamental.

Dore e Lüscher (2011) enfatizam que a evasão é um processo cumulativo, no qual a saída do estudante é o estágio final desse processo. Do vasto e intricado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo (DORE; LÜSCHER, 2011, p.777), no qual concordamos.

Fritsch e Vitelli (2016), ao realizarem uma investigação sobre evasão escolar no Ensino Médio explorando as interfaces entre o mundo da escola e o mercado de trabalho através das narrativas com estudantes de Ensino Médio evadidos, atentam para um fenômeno que eles nomeiam como um “ciclo vicioso”. Nesse cenário, os estudantes relatam que tinham boas notas no ensino fundamental, “mas no ensino médio a situação torna-se mais difícil, uma reprovação logo no primeiro ano leva a outras até que chega o momento em que perdem a motivação, não acreditam mais em si, na escola e decidem abandonar” (FRITSCH; VITELLI, 2016, p. 3). A pesquisadora e o pesquisador também atentam para como os discursos acerca da evasão tendem a responsabilizar estudantes, família e professores no processo de evasão, ficando invisíveis destas análises “problemas de vínculo/integração,

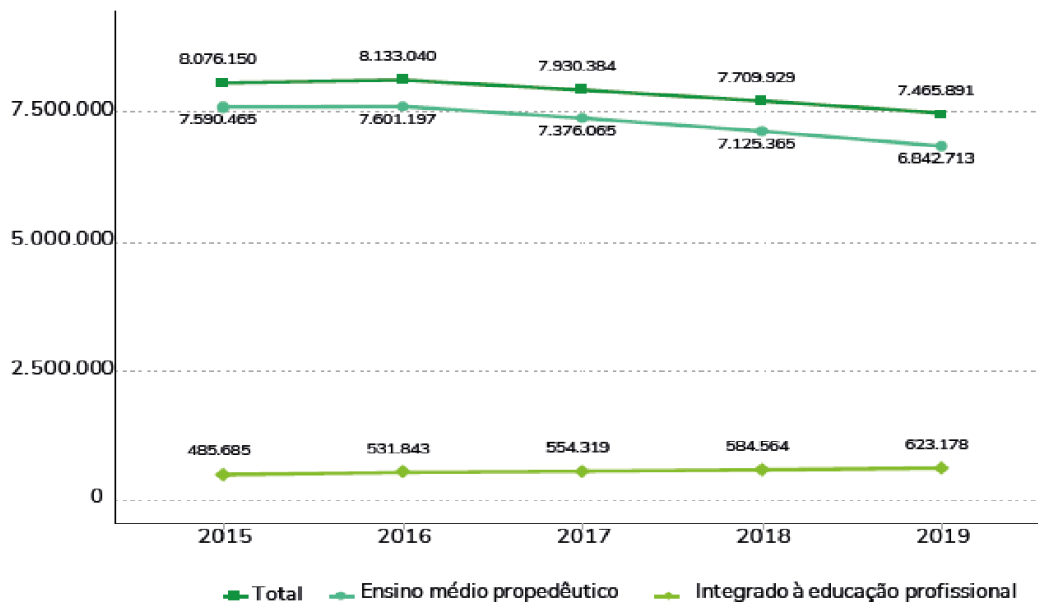
propostas pedagógicas inadequadas; falta de acesso, transporte e alimentação deficitária, violência, drogas, preconceito, desigualdades sociais, poucas escolhas profissionais frente ao mercado de trabalho” (FRITSCH; VITELLI, 2016, p. 10).

As pesquisadoras Ferreira e Oliveira (2020) realizaram um estudo de revisão de literatura com o objetivo de conhecer os motivos da evasão escolar no Ensino Médio. Dentre os motivos mais recorrentes indicados na literatura analisada, as autoras destacam: gravidez, dificuldade de aprendizado, baixa renda, necessidade de trabalhar e falta de interesse. A pesquisa mostra que os problemas da educação no Brasil são antigos e muitas vezes estão ligados a interesses políticos. De acordo com as pesquisadoras, para combater a evasão escolar, torna-se necessário conhecer os problemas específicos de cada comunidade e buscar respostas locais que considerem tais especificidades.

Muitas são as abordagens teóricas e metodológicas sobre a temática da evasão escolar. Queiroz (2010) entende que a evasão escolar ocorre quando o educando abandona a instituição, deixa o curso antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível, finalizando o compromisso de permanecer na escola.

Nesse artigo, consideramos a evasão escolar como sinônimo de abandono escolar, relacionando-se à perda de estudantes que iniciam seus estudos, mas que não os concluem. A evasão escolar, nessa compressão, significa a desistência dos estudos por qualquer motivo, exceto sua conclusão. (FRITSCH, 2017, p. 84).

Ao analisar os dados do Ensino Médio nos últimos anos, embora tenha ocorrido uma ampliação do direito à educação até os 17 anos, não é garantia de aprendizagem e permanência dos alunos na escola. O Censo de 2019 mostra a queda de 7,6% das matrículas no Ensino Médio entre os anos de 2015 e 2019, como apresentamos no Gráfico 1. Nesse interim, não podemos discutir o Ensino Médio isoladamente, ou seja, a política e as concepções relativas à educação, nessa etapa, somente terão sentido se analisadas no conjunto dos contextos histórico, político e social em que estão inseridos.



**Gráfico 1.** Número de matrículas no Ensino Médio - Brasil – 2015 a 2019

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2019).

A rede estadual é a que possui a maior participação na matrícula do Ensino Médio, com 83,9%, seguida pela rede privada (12,5%). A rede federal participa com 3% das matrículas. A rede pública é a que detém maior número de matrículas no Ensino Médio no Brasil.

Levando-se em consideração todo o quantitativo de jovens de 14 a 29 anos do País, equivalente a quase 50 milhões de pessoas, 20,2% não completaram o Ensino Médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca terem frequentado (IBGE,2019). Nesta situação, havia, no período analisado, 10,1 milhões de jovens, dentre os quais, 58,3% homens e 41,7% mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos (idem).

Segundo o IBGE (2019), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) analisaram a idade que estes jovens entre 14 e 29 anos deixaram a escola, e importa observar que os maiores percentuais de abandono se deram nas faixas a partir dos 16 anos de idade (entre 15,8% e 18,0%). Por outro lado, o abandono precoce, ainda na idade do ensino fundamental, foi de 8,5% até os 13 anos e de 8,1% aos 14 anos. Esse padrão se mantém semelhante entre homens e

mulheres e entre as pessoas de cor branca e preta ou parda. Ao se referir aos jovens de 15 anos que, em geral, representam a idade de entrada no Ensino Médio, percebemos que o percentual de jovens que abandonaram a escola quase duplica frente aos 14 anos de idade.

Dore e Lüscher (2011), em estudos sobre o tema, distinguem, a partir de pesquisadores, três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar:

- 1) níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; 2) tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; 3) razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais. (DORE; LÜSCHER, 2011, p.150)

A pesquisa revelou que, quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. No Brasil, este contingente chegou a 39,1%. Para este principal motivo, ressaltam-se os homens, com 50,0%, e as pessoas brancas, com 40,0%. Para as mulheres, o principal motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez (23,8%) e o trabalho (23,8%). Além disso, 11,5% das mulheres indicaram realizar os afazeres domésticos como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens, este percentual foi inexpressivo (PNAD,2019).

A justificativa “O trabalho ou precisar trabalhar” foi o principal motivo alegado por esses jovens em todas as regiões, com destaque para a Centro-Oeste (43,1%) e para a Sul (48,3%). A Região Nordeste registrou a menor taxa, 34,1%. De forma complementar, o não interesse em estudar foi o segundo principal motivo informado, sempre acima de 25%, com destaque para o Nordeste, com 31,5%. Esses dois principais motivos somados alcançam cerca de 70% desses jovens, independentemente da Região, e mostram, através dos dados, a necessidade de medidas que incentivem a permanência dos jovens na escola, mas não exclusivamente, pois entendemos que a permanência dos jovens na escola no ambiente escolar depende de outras políticas que são necessárias, como trabalho,

emprego e renda. Em 31.08.2021, o IBGE lançou em seu site<sup>4</sup> o resultado da pesquisa sobre ocupação/desocupação do segundo trimestre de 2021. A taxa de desocupação do trimestre ficou em 14,1% e a população desempregada somou 14,4 milhões de pessoas, aumentando 12,9% (mais 1,7 milhões de pessoas) ante o mesmo trimestre móvel de 2020. (12,8 milhões de pessoas). Para Antunes (2020, s/p), embora não tenha sido a pandemia que causou a tragédia do mundo do trabalho, “ela desvendou, desnudou a virulência, a devastação, que o capitalismo dos nossos dias pratica em relação à classe trabalhadora e ao mundo do trabalho” e os dados apresentados mostram isso.

Quando uma família perde o emprego ou vai para a informalidade, especialmente nesse período de pandemia, agravado pela crise econômica e conseqüentemente empregatícia são os filhos, normalmente estudantes do Ensino Médio, que contribuem para o sustento da família. Nossa hipótese é de que a necessidade de trabalho possa ser uma das dimensões que concorrem para a evasão, como mostram os trabalhos desenvolvidos por Dore e Lüscher (2011).

## ENTRE O ESTUDO E O TRABALHO

Buscando compreender esse fenômeno no atual momento histórico, apresentamos excertos de diálogos com estudantes do primeiro ano que recentemente ingressaram no Ensino Médio e fazem jornada dupla de estudos e de trabalho, a partir dos excertos retirados de narrativas de dez estudantes do 1º ano em 3 cursos de Ensino Médio de uma instituição da região metropolitana de Porto Alegre, que retratam que a crise econômica vivida pelas famílias, agravadas nesse período de pandemia, faz com que os jovens estudantes precisem contribuir para o sustento, trabalhando no turno oposto ao estudo.

Atualmente dedico meu tempo aos estudos e, cuidar do meu afilhado durante a semana enquanto a mãe dele trabalha. O que me dá mais liberdade para

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31479-pnad-continua-mensal-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-6-no-trimestre-encerrado-em-junho> . Acesso em: 22 fev. 2023.

prestar atenção nas aulas, e também adquirir um dinheiro mensalmente para auxiliar minha mãe. (Estudante 1º ano- Curso 1, 15 anos).

Tenho 17 anos. Aos 15 passei na entrevista de emprego em uma madeiraira e comecei a trabalhar, no mesmo ano eu entrei no Ensino Médio porem em 3 meses de aula começou a pandemia e tivemos que parar de estudar presencialmente. (Estudante 1º ano- Curso 2 , 17 anos).

Trabalho pela noite e estudo pela tarde e além disso moro sozinho então é tudo comigo, mas se eu conseguir arrumar um tempo eu gosto muito de ler. (Estudante do 1º ano- Curso 2, 18 anos).

Trabalho de monitor nos brinquedos em um salão de festas junto a minha mãe. Já meu pai, trabalha como autônomo. (Estudante do 1º ano- Curso 2, 15 anos).

Tenho 15 anos e comecei a trabalhar dia 05 de julho de 2021, em uma empresa de reciclagem de plástico no turno da tarde, das 14h até as 18h. (Estudante do 1º ano - Curso 3, 15 anos).

Sou uma pessoa que gosta muito de criança, sempre fiz serviços de babá, faço até hoje, de onde vem minha renda no momento atual. Ganho 500 no mês, que me ajuda muito pois meu esposo está desempregado. (Estudante do 1º ano, Curso 3, com 22 anos).

Estudo pela manhã e à tarde trabalho até 18h numa loja no shopping em Porto Alegre, na parte do estoque, para ajudar meus pais que são desempregados. (Estudante do 1º ano, Curso 2, 16 anos).

No Brasil, as sucessivas crises de ordem política, econômica e social em um contexto pós-golpe de 2016 levaram o país a várias reformas, entre elas a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Reforma na Educação. A crise política e econômica, resultado de um projeto político que não contempla a maioria das camadas populares, somando-se ao avanço da pandemia Covid-19 e às poucas propostas de superá-las, levou o país a uma situação insustentável economicamente para várias famílias. Essa condição leva à inserção precoce do jovem ao mercado de trabalho, como uma exigência contínua, pelas restrições financeiras. Muitos destes jovens tentam conciliar o estudo com o trabalho, na perspectiva de adquirirem condições de subsistência da família. Batista, Souza e Oliveira (2009, p.4) contribuem com o tema, quando afirmam que

O abandono à escola é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas

de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam-se mutuamente. (BATISTA; SOUZA; OLIVEIRA, 2009, p.4).

As atuais políticas, especialmente nesse período, não têm valorizado a continuidade dos estudos e há poucas perspectivas para os jovens em geral. Quando pesquisamos os jovens estudantes de instituições públicas, os dados mostram algumas pistas interessantes, mas inconclusas. Atualmente, o ensino superior, para eles, não tem feito parte do seu horizonte, como ocorria há cinco, seis, dez anos atrás. Uma das questões que mais aparecem na fala dos jovens é a alternativa do trabalho para o sustento ou para ajudar a família, ou seja, muitos adiam o sonho de entrar no ensino superior em função da conjuntura e da instabilidade econômica e social (CAETANO, 2020), como apresentado nas narrativas de estudantes do primeiro ano.

Por outro lado, percebe-se também que os estudantes apresentam um certo cansaço, devido a alguns fatores como: pressão social e familiar, e pânico e estresse pelas responsabilidades do Ensino Médio, o que acaba por colaborar que os jovens desistam – ainda que temporariamente – de todos os elementos posteriores a ele, tais como ENEM e Ensino Superior. Algum tempo depois dessa desistência, mais tarde, conforme suas condições pessoais e emocionais, ele vai retomando esses processos (CAETANO, 2020). Observamos isso no relato da estudante de 22 anos que, após constituir família, retornou aos estudos. Os dados do ENEM em 2021 mostram essa realidade, com registro de apenas 3,1 milhões de inscrições confirmadas, menor número desde 2005. Essa baixa adesão ao principal meio de entrada dos jovens na universidade reflete as dificuldades enfrentadas no acesso à educação durante a pandemia. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), dos 4.004.764 candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021, apenas 3.109.762 confirmaram a inscrição com o pagamento da taxa. É o menor número desde 2005, e 46% inferior à edição do ano passado, início da pandemia de Covid-19 (FLORÊNCIO, 2021).

A abstenção de 55,3% dos inscritos confirmados foi o maior índice da história do Enem, superior à taxa de 39,5% de 2009 (idem). Barganholo (2021, s/p) analisa

que “o resultado do Enem 2020 foi um reflexo do que vivemos no ano passado; alunos que tiveram oportunidades se saíram bem, enquanto muitos, infelizmente, nem fizeram a prova”. Isso diz muito sobre as desigualdades educacionais agravadas pela pandemia. Dito de outro modo, significa que nem todos os estudantes têm recursos e conseguem se adaptar ao ensino remoto. Nesse caso, estudar para o ENEM fica em segundo plano. Muitos jovens estão preocupados em sobreviver. Para estes, o sonho da ascensão social via universidade vai ficando mais distante. Tais aspectos têm demonstrado o quanto nosso país e o nosso sistema educacional são desiguais.

Tal cenário nos encaminha para uma reflexão relacionada à organização da cultura escolar, com vistas à orientação dos estudantes para um fim (KRAWCZYK, 2011), entendido como “sentido de progresso e/ou de mudança, transformação, uma lógica do tempo diferente da do jovem” (KRAWCZYK, 2011, p. 764). Observamos que os dados analisados nesse artigo e os excertos dos estudantes apresentados indicam um forte sentimento de insegurança frente ao futuro, o que leva esses estudantes a interrogarem-se sobre o sentido da própria escolarização. Os muitos cenários que se desenham e o aumento da imprevisibilidade frente ao futuro constituem-se como fatores que se somam às dúvidas apresentadas pelos estudantes e que dificultam sua permanência nas escolas.

Nesse sentido, Krawczyk (2011) nos provoca a pensar que o reconhecimento desse contexto não pode se reduzir à formação de competências que lhes permitam viver nesse cenário de imprevisibilidade, adaptando-se a novas situações, mesmo que de precariedade. Para a pesquisadora, o desafio consiste em “reconhecer a existência desse sujeito, para o qual a relação entre passado, presente e futuro é bastante diferente da que a escola se propôs a articular” (KRAWCZYK, 2011, p. 765).

As análises empreendidas nesse estudo precisam ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo, frente às mudanças relativas ao mundo do trabalho, mapeadas por importantes estudos sociológicos. Destacamos os trabalhos desenvolvidos por Ricardo Antunes (2010), nos quais o sociólogo, ao analisar o contexto brasileiro, observa um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora. De um lado do pêndulo, um grupo cada vez menor de homens e mulheres trabalham muito em ritmo e intensidade. Do outro lado, um grupo cada vez

maior de homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, em busca de qualquer labor, cenário que, segundo o autor, tem configurado uma crescente tendência à precarização do trabalho em escala global. Antunes (2010) não sustenta uma tese que advoga o fim do trabalho, mas busca descrever a nova morfologia (nova forma de ser) do trabalho. Essa nova morfologia teria como elemento mais visível seu desenho multifacetado, que seria resultado de fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas.

Em um estudo mais recente, Antunes (2014) aprofunda essa análise e descreve uma nova morfologia do trabalho no Brasil. Para o pesquisador, as transformações ocorridas no capitalismo recente, a partir de meados da década de 1980 e 1990, desencadearam um conjunto de modificações que alteraram a forma de ser da classe trabalhadora. Assim, de acordo com o autor, com o triunfo do pensamento neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990, assistimos a uma ampliação do processo de reestruturação produtiva “mediante a adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos, de novas formas de organização do trabalho e da introdução dos métodos participativos” (ANTUNES, 2014, p. 40). Essa “nova forma de ser da classe trabalhadora”, segundo o pesquisador, teria como principais características o trabalho flexível, produtivo e desregulamentado.

O presente diagnóstico empreendido nas análises sociológicas de Antunes (2010; 2014) intensifica-se no contexto pandêmico e leva cada vez mais jovens a desempenharem trabalhos precarizados para auxiliar suas famílias. Assim, se articularmos a falta de esperança da juventude na sua escolarização com um cenário de intensificação da precarização e de escassa oferta de trabalho, temos um terreno propício para a elevação das taxas de evasão escolar. Acreditamos que, como instituições escolares, precisamos estar atentos a tal diagnóstico, para que possamos mobilizar estratégias ao combate da evasão, buscando construir com a juventude novas respostas para os desafios que se impõem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, assumimos como objetivo compreender e problematizar a temática evasão em um período marcado pela Pandemia do Covid-19 e pela crise do emprego. Em termos metodológicos, apresentamos uma revisão de referenciais teóricos sobre a temática da evasão em articulação com dados estatísticos do contexto atual, analisando com especial atenção os motivos que têm levado os jovens a abandonarem ou interromperem sua escolarização. A categoria totalidade foi assumida como uma forma de mobilizar e de articular os dados das pesquisas à temática da evasão e às narrativas dos estudantes.

O cenário de intensa precarização do trabalho, de imprevisibilidade com relação ao futuro, bem como a necessidade de os jovens trabalharem para auxiliar a renda familiar aparecem como fortes fatores que têm levado os jovens à evasão escolar no contexto atual.

Assim, retomamos as palavras de Cury (2002) sobre a importância da educação na sociedade como um direito universal. Para o autor, “a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações” (CURY, 2002, 266). O Ensino Médio é um direito dos jovens e pressuposto de cidadania; seu acesso e a permanência é uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. O direito à educação, nesta medida, é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas em que políticas públicas interseccionais precisam ser construídas para a efetivação desse direito. Para a continuidade da pesquisa e/ou estudos futuros, pretendemos estabelecer um diálogo com as políticas públicas, ampliando o debate e visando compreender com maior profundidade a relação entre evasão escolar, mundo do trabalho e os jovens do Ensino Médio.

Por fim, desejamos uma escola que socialize e democratize o saber como um direito a todos os estudantes e como uma via de enfrentamento às desigualdades inerentes à lógica produtivista do capital.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Entrevista a Lu Sudré. Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores. **Brasil de Fato**. 27 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>. Acesso em: 07 set. 2021.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia**, Porto, v. 27, p. 11-25, jan. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexsandra M.; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva. A Evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BOTO, Carlota. A educação como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educação & Sociedade**, v. 26, n.92, p. 777-798, 2005.

CAETANO, Maria Raquel. “Não me inscrevi no Enem porque não me sinto preparado”: relatos de um 2020 perdido. Entrevista Daniel Giovanaz. **Brasil de Fato**. São Paulo. 10 de Janeiro de 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n.116, p.245-262, jun. 2002.

**IBGE**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 07 set. 2020.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. In: **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, set. /dez. 2011.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elisabeth Nogueira. Origem social dos estudantes como contraponto à evasão e à permanência nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional. In: DORE, Rosemary et al (Org.). **Educação Profissional e Evasão Escolar**: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

FERREIRA, Elen C. da S.; OLIVEIRA, Nayara M. de . Evasão Escolar No Ensino Médio: causas e consequências. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 39–48, 2020.

FRITSCH, Rosangela. Evasão escolar, mundo da escola e o mercado de trabalho: o que dizem jovens do Ensino Médio de escolas públicas. In: DORE, Rosemary et al (Org.). **Educação Profissional e Evasão Escolar**: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

FRITSCH, Rosangela. VITELLI, Ricardo Ferreira. Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas. In: **Anais...** XI Reunião Científica Regional da ANPED. Disponível em: [http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2\\_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf). Acesso em: 03 set. 2021.

FLORÊNCIO. Gabriel R.M. **Enem 2021 têm o menor número de inscritos desde 2005** . Publicado: 27 Julho 2021.Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/educacao/2290-enem-2021-tem-o-menor-numero-de-inscritos-desde-2005>. Acesso em: 03 set. 2021.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de pesquisa**, v.41, n.144, set/dez, 2011.

NÉRI. Marcelo C. Desigualdades de Impactos Trabalhistas na Pandemia. Rio de Janeiro: FVG Social, 2021.Disponível em [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade\\_de\\_Impactos\\_Trabalhistas\\_na\\_Pandemia\\_Marcelo-Neri\\_FGV-Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade_de_Impactos_Trabalhistas_na_Pandemia_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf).Acesso em: 09 set. 2021.

SALDAÑA, Paulo. Cerca de 4 milhões abandonaram estudos na Pandemia. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/01/cerca-de-4-milhoes-abandonaram-estudos-na-pandemia-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 03 set. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p.152-165. jan./abr., 2007.

SILVA, Roberto R. D. da. OLIVEIRA, Luthiane Miszak de. Políticas curriculares, ensino médio e os paradoxos da democracia: traços conceituais para a composição de um diagnóstico crítico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2 , p. 1092-1111, Mai/ago, 2021.

Recebido outubro de 2021.

Aprovado fevereiro de 2023.